

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL JEAN BITAR**

CNPJ 23.453.830/0015-75

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em Reais (R\$)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante		6.180.411	7.111.820	Circulante		6.239.407	4.699.847
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.147.922	4.711.101	Fornecedores	8	3.478.497	2.265.104
Contas a receber	4	50.000	1.138.227	Obrigações trabalhistas	9	2.100.954	1.879.941
Estoques	5	844.858	1.134.640	Obrigações sociais	10	340.199	301.584
Adiantamento a Funcionários		103.441	98.630	Obrigações fiscais		141.729	112.087
Outros Créditos		28.306	15.975	Partes Relacionadas	7	132.243	141.131
Despesas antecipadas		5.884	2.331	Outras contas a pagar		45.785	-
Partes Relacionadas	7	-	10.916	Não Circulante		5.450.870	1.911.985
Não Circulante		2.066.890	1.940.545	Obrigações para Investimento	11	5.450.870	1.911.985
Depósito judicial	12	61.077	28.560	Patrimônio Líquido	13	(3.442.976)	2.440.533
Imobilizado líquido	6	13.823	-	Patrimônio social		2.471.190	3.832.735
Imobilizado líquido - Contrato de Gestão	6	1.991.990	1.911.985	(Déficit) acumulado		(5.914.166)	(1.392.202)
Total do Ativo		8.247.301	9.052.365	Total do Passivo e do Patrim. Líquido		8.247.301	9.052.365

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em Reais (R\$)**

	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		46.158.696	42.074.143
Serviços prestados pacientes SUS		46.158.696	42.074.143
Custos		(45.477.430)	(37.082.462)
Pessoal e encargos		(11.542.569)	(10.547.672)
Serviços de terceiros		(24.026.541)	(17.633.951)
Materiais e medicamentos		(9.908.320)	(8.900.839)
Despesas		(6.829.461)	(6.543.781)
Pessoal e encargos		(2.885.642)	(2.636.918)
Despesas gerais	14	(3.803.978)	(3.867.601)
Depreciação/amortização		(232.039)	(190.949)
Impostos, taxas e contribuições		(6.406)	(6.391)
Outras receitas e despesas operacio- nais		98.604	158.078
Financeiras, Líquidas		234.029	159.898
Despesas Financeiras		(83.850)	(43.563)
Receitas financeiras		317.879	203.461
(Déficit) do Exercício		(5.914.166)	(1.392.202)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em Reais (R\$)**

	Patrimônio Social	(Déficit) acumulado	Total
Em 31/12/2020	4.073.980	(26.545)	4.047.435
Incorporação ao Patrim. Social	(26.545)	26.545	-
Ajustes patrimoniais	(214.700)	-	(214.700)
Déficit do exercício	-	(1.392.202)	(1.392.202)
Em 31/12/2021	3.832.735	(1.392.202)	2.440.533
Incorporação ao Patrim. Social	(1.392.202)	1.392.202	-
Ajustes patrimoniais	30.657	-	30.657
Déficit do exercício	-	(5.914.166)	(5.914.166)
Em 31/12/2022	2.471.190	(5.914.166)	(3.442.976)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém/PA, e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais 7 municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na R. Cônego Jerônimo Pimentel, 543, Umarizal, Belém-PA. b) **Contrato de Gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2023, através do 4º aditivo, pactuado em 10/11/2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Em 20 de outubro de 2022, a obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187/2021. c) **Déficit do exercício de 2022:** Em 2022 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 5.914.166 no exercício. Como consequência, o Hospital apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 58.996 em 31 de dezembro de 2022. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público para o próximo exercício. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 05 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração e apresenta-**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em Reais (R\$)**

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do Exercício	(5.914.166)	(1.392.202)
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	232.039	190.949
Déficit ajustado	(5.682.127)	(1.201.253)
(Aumento) / redução no Ativo	6.442.787	(452.642)
Redução / (Aumento) de outros créditos	1.038.568	(851.922)
Redução de estoques	289.782	55.271
(Aumento) / redução de despesas antecipadas	(3.553)	692
Aumento / (redução) no Passivo		
Fornecedores	1.213.393	653.611
Obrigações trabalhistas	221.013	33.467
Obrigações sociais	38.615	(5.643)
Obrigações tributárias	29.642	35.735
Outras obrigações	45.785	-
Obrigações - não circulante	3.538.885	(159.153)
Ajustes patrimoniais	30.657	(214.700)

Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais

Atividades de investimentos

Aquisição de imobilizado

Baixas de itens

Atividades de financiamentos

Transações com partes relacionadas

Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa

Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Saldo existente no início no exercício

Saldo existente no final no exercício

Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa

436.821 (1.669.985)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em Reais (R\$)

ção: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) **Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados **continua...**

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento:

	Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	Equip. Informática	Instr. Cirúrgicos	Maquinas e Equipments	Móveis e Utensílios	Equip. Hospitalares	Construções em andamento	Benfeitorias	Total
	10%	20%	10%	10%	10%	10%		10%	
Saldo inicial	325.624	36.882	40.929	230.016	172.467	32.884	982.338	249.998	2.071.138
Transferências	-	-	-	-	-	-	(982.338)	982.338	-
Depreciação	(50.706)	(24.958)	(6.764)	(30.517)	(22.499)	(4.337)	-	(19.372)	(159.153)
Em 31/12/2021	274.918	11.924	34.165	199.499	149.968	28.547	-	1.212.964	1.911.985
Saldo inicial	274.918	11.924	34.165	199.499	149.968	28.547	-	1.212.964	1.911.985
Aquisição	-	5.009	-	-	1.580	13.981	524.234	-	544.804
Ajuste de Inventário	7.451	17.835	70	(391)	2.898	(444)	-	(261.180)	(233.761)
Transferências	-	-	-	-	(3.900)	3.900	-	-	-
Depreciação	(50.706)	(19.171)	(6.761)	(30.548)	(22.300)	(4.467)	-	(97.085)	(231.038)
Em 31/12/2022	231.663	15.597	27.474	168.560	128.246	41.517	524.234	854.699	1.991.990

	Equipamento Informático	Maquinas e Equipments	Direito de Uso	Total
	20%	10%	10%	
Saldo Inicial	1.434	-	30.362	31.796
Depreciação	(1.434)	-	(30.362)	(31.796)
Em 31/12/2021	-	-	-	-
Saldo Inicial	-	-	-	-
Aquisição	-	14.824	-	14.824
Depreciação	-	(1.001)	-	(1.001)
Em 31/12/2022	-	13.823	-	13.823

7. Partes Relacionadas: O saldo a pagar de R\$ 132.243 (R\$ 141.131 em 2021) refere-se aos serviços da gestão a pagar.

8. Fornecedores:

	2022	2021
Materiais e medicamentos	861.211	446.408
Serviços pessoa jurídica	1.331.960	648.790
Serviços médicos	1.013.248	1.086.619
Diversos	272.078	83.287
Total	3.478.497	2.265.104

9. Obrigações Trabalhistas:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas	788.841	721.023
Provisão férias	1.215.229	1.073.320
Provisões FGTS s/férias	96.884	85.598
Total	2.100.954	1.879.941

10. Obrigações Sociais:

	2022	2021
INSS a recolher	76.627	79.998
FGTS a recolher	120.183	107.611
IRRF s/ folha a recolher	142.449	113.420
Contr. Sindical	940	555
Total	340.199	301.584

11. Obrigações por Investimento: Em 2022, foi recebido R\$4.003.709 em verbas para investimento no Hospital, sendo utilizado o montante de R\$ 544.829 para aquisição de novos ativos. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2022, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2022	2021
Imobilizado - contrato de gestão	3.112.321	2.567.492
Total investido em ativo	3.112.321	2.567.492
Depreciação/amortização acumulada	(1.120.331)	(655.507)
Total imobilizado/intangível líquido	1.991.990	1.911.985
(+) Saldo para investimento	3.458.880	-
Receita diferida	5.450.870	1.911.985

12. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2022	2021
Cível	105.000	105.000
Trabalhista	528.770	160.500
Total	633.770	265.500

Em 2022, a Entidade possuía R\$ 61.077 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **13. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Em 2022, houve ajustes patrimoniais relativo à baixa por pagamento de impostos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 30.657.

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2022	2021
Caixas	1.200	1.200
Banco conta movimento	8.192	10.848
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.138.530	4.699.053
Total	5.147.922	4.711.101

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **4. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2023. Contrato 007/2021 - SESP

	2022	2021
5. Estoques:	50.000	1.138.227
Drogas e Medicamentos	304.841	356.606
Diétes Enterais e Parenterais	20.556	30.583
Fios Cirúrgicos	36.146	24.522
Filmes e Químicos	6.469	766
Materiais de uso do paciente	285.563	373.831
Produtos de Limpeza	27.417	36.962
Materiais de Laboratório	7.054	124.889
Demais materiais	156.812	186.481
Total	844.858	1.134.640

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas. **6. Imobilizado e Intangível:**

14. Despesas Gerais e Administrativas:

	2022	2021
Serviços de gestão	(2.029.959)	(2.024.506)
Energia elétrica	(891.732)	(796.802)
Aluguel de máquinas	(407.955)	(469.567)
Viagens e hospedagens	(19.385)	(8.553)
Outros	(454.947)	(568.173)
Total	(3.803.978)	(3.867.601)

15. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2022	2021
Cota patronal	2.287.630	2.400.897
Terceiros	663.413	696.260
RAT/SAT	228.763	240.090
Total INSS	3.179.806	3.337.247
COFINS	1.384.761	1.262.224
Total	4.564.567	4.599.471

16. Cobertura de Seguros: Em 2022, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2022	2021
Aplicações financeiras	5.138.530	4.699.053
Contas a receber	50.000	1.138.227

Total ativos financeiros
Fornecedores

Total passivos financeiros

18. Gestão de Riscos: Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Belém/PA, 15 de março de 2023.

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O -3

continua...

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar** - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade que contribuíram substancialmente para o déficit de R\$ 5.914.166 apurado no exercício e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31 de dezembro de 2022, o Hospital possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 58.996 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 3.442.976. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com

outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 14 de março de 2022, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 15 de março de 2023. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2; Heitor Piovam - Contador - CRC 1SP 331.721/O-0.**